

RESISTÊNCIA AO AGRONEGÓCIO: A AGROECOLOGIA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REDE SABORES E SAÚDE EM BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ

Resistance to agribusiness: agroecology and the solidary economy of the Flavors and Health Network in Bom Jesus do Itabapoana-RJ

Resistencia al agronegocio: agroecología y economía solidaria de la Red de Sabores y Salud en Bom Jesus do Itabapoana-RJ

Rebeca Brasil Fonseca Vieira *
Guilherme Vieira Dias **

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – rebecabrasil178@gmail.com

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – guiv.dias@gmail.com

Recebido em 30/09/2021. Aceito para publicação em 16/02/2022.

Versão online publicada em 25/02/2022 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Como citar este artigo: VIEIRA, R. B. F.; DIAS, G. V. Resistência ao agronegócio: A agroecologia e a economia solidária da Rede Sabores e Saúde em Bom Jesus do Itabapoana-RJ. **Para Onde!?**, V.16, n. 1, p. 26-50, 2022.

Resumo:

A modernização da agricultura brasileira trouxe avanços significativos para a produtividade agrícola e a economia do país, através da introdução de novas técnicas. No entanto, também resultou em impactos negativos ao meio ambiente e à saúde humana. Como resposta a estas questões, emergiram iniciativas baseadas na agroecologia e economia solidária a partir de princípios solidários e em resistência às estratégias do agronegócio. Neste contexto insere-se o projeto Rede Sabores e Saúde. A partir disso, este trabalho tem como objetivo analisar a resistência desta rede à lógica do capital, considerando os princípios da agroecologia e economia solidária. Para isto, foi utilizada a metodologia de observação participante e a aplicação de questionário aos integrantes da Rede Sabores e Saúde. A partir da observação e respostas destes sujeitos, verificou-se a importância das dimensões ecológica, social e política na produção deste desenvolvimento territorial rural. Além disso, para estes agricultores, a solidariedade apresenta-se como um mecanismo de fortalecimento e resistência ao modelo de desenvolvimento hegemônico, o que por sua vez exibe uma racionalidade econômica oposta da agricultura capitalista. Entretanto, apesar de estar baseada em princípios solidários e de resistência ao grande capital, esta iniciativa está inserida em um contexto dominado por relações capitalistas que influenciam sua dinâmica, manifestando o movimento contraditório na produção desta resistência.

Palavras-chave: Agroecologia. Agronegócio. Resistência. Territorialidade.

Abstract:

The modernization of Brazilian agriculture brought significant advances to agricultural productivity and the country's economy, through the introduction of new techniques. However, it also resulted in negative impacts on the environment and human health. In response to these questions, initiatives based on agroecology and solidary economy emerged from solidary principles and in resistance to agribusiness strategies. In this context, the project Rede Sabores e Saúde is inserted. This work aims to analyze the resistance of this network to the logic of capital, considering the principles of agroecology and solidary economy. For this, the participant observation methodology and the application of a questionnaire to the members of the Flavors and Health Network were used. From the observation and answers of these subjects, the importance of the ecological, social and political dimensions in the production of this rural territorial development was verified. Furthermore, for these farmers, solidarity presents itself as a mechanism for strengthening and resisting the hegemonic development model, which in turn exhibits an economic rationality opposite to that of capitalist agriculture. However, despite being based on solidary principles and resistance to big capital, this initiative is inserted in a context dominated by capitalist relations that influence its dynamics, manifesting the contradictory movement in the production of this resistance.

Key-words: Agroecology. Agribusiness. Resistance. Territoriality.

Resumen:

La modernización de la agricultura brasileña trajo avances significativos en la productividad agrícola y la economía del país, a través de la introducción de nuevas técnicas. Sin embargo, también resultó en impactos negativos sobre el medio ambiente y la salud humana. En respuesta a estas preguntas, las iniciativas basadas en la agroecología y la economía solidaria surgieron de principios solidarios y de resistencia a las estrategias de agronegocios. En este contexto, se inserta el proyecto Rede Sabores e Saúde, a partir del cual este trabajo tiene como objetivo analizar la resistencia de esta red a la lógica del capital, considerando los principios de la agroecología y la economía solidaria. Para ello, se utilizó la metodología de observación participante y la aplicación de un cuestionario a los integrantes de la Red de Sabores y Salud. A partir de la observación y respuesta de estos sujetos, se verificó la importancia de las dimensiones ecológica, social y política para el desarrollo territorial del campo. Además, para estos agricultores, la solidaridad se presenta como un mecanismo de fortalecimiento y resistencia al modelo de desarrollo hegemónico, que a su vez exhibe una racionalidad económica opuesta a la de la agricultura capitalista. Sin embargo, a pesar de basarse en principios solidarios y de resistencia al gran capital, esta iniciativa se inserta en un contexto dominado por las relaciones capitalistas que influyen en su dinámica, manifestando el movimiento contradictorio en la producción de esta resistencia.

Palabras clave: Agroecología. Agronegocios. Resistencia. Territorialidad.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão de produção e distribuição de cestas solidárias, conhecido pelo nome Rede Sabores e Saúde, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Bom Jesus do Itabapoana (IFF-BJI), foi criado em 2017 com o objetivo de promover a capacitação e comercialização de produtores familiares da região, tendo

como base os princípios da agroecologia e economia solidária. Os princípios da agroecologia e economia solidária objetivam uma resistência ao agronegócio e ao modo de produção capitalista vigente de maneira geral. Nesse sentido, o presente trabalho procura entender se a Rede Sabores e Saúde com base nos princípios da agroecologia e da economia solidária consegue resistir ao modelo do agronegócio ou configura-se apenas como uma estratégia de adequação à lógica do capital.

Para a execução desta pesquisa foi utilizada, inicialmente, a metodologia de observação participante uma vez que como integrante do projeto, participo de suas ações e estou em contato com os sujeitos que fazem parte da rede. Através deste método, observou-se como a Rede Sabores e Saúde se estrutura em relação a sua organização interna e teórico-metodológica a partir dos princípios da agroecologia e da economia solidária, assim como se desenvolvem as relações socioespaciais destes sujeitos a fim de identificar práticas de resistência ou adequação a lógica do capital. Além desta metodologia, também utilizou-se a aplicação de questionário a cinco agricultores atuantes nas atividades do projeto no momento desta pesquisa. Devido às medidas de distanciamento social como uma forma de reduzir a circulação do vírus Sars-Cov-2, o questionário foi enviado e respondido através do Formulário *Google*. Por meio deste método, buscou-se identificar aspectos relacionados à renda desses sujeitos, assim como significados e desafios na participação do projeto.

Nessa perspectiva, esta pesquisa contribui para a análise deste aporte teórico por meio da prática de uma iniciativa, além de permitir a avaliação do desenvolvimento do projeto de extensão. Em relação a estrutura deste trabalho, ele foi organizado em duas partes. A primeira apresenta os conceitos de agronegócio, agroecologia, economia solidária e território, demonstrando-se a inter-relação entre agroecologia, economia solidária e território como prática de resistência ao agronegócio. Já a segunda parte consiste na análise dos resultados da observação participante e aplicação dos questionários aos agricultores da Rede Sabores e Saúde, tendo em vista a questão que baseia este trabalho, articulando a análise aos conceitos apresentados na parte anterior.

2 AGRONEGÓCIO E TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS

O desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura tem a terra como principal meio de produção, na qual ao contrário do que pode ser feito com outros meios de produção, a terra não é passível de ser reproduzida. Por essa razão, a sua apropriação tem papel fundamental para o desenvolvimento deste modo de produção no espaço agrário e de forma específica, na formação do território brasileiro. No início da colonização do Brasil, as sesmarias constituíram o regime de apropriação de terras e formaram as origens do latifúndio escravista. A finalidade principal deste latifúndio era a produção para exportação e a lucratividade

era garantida pela aliança desta exportação com a importação de pessoas escravizadas.

Nesse período a pequena produção já existia e era voltada para o mercado interno, realizada pelos pequenos produtores que pagavam uma renda ao proprietário pela utilização da terra, além da produção feita por pessoas escravizadas em seu “tempo livre”. No início do século XIX ocorreu a extinção do regime de sesmarias e em meados deste século foi criada a Lei de Terras que autorizava a compra e venda de terras, restringindo o acesso de ex-escravizados e pequenos agricultores pobres. Como resultado desses processos excludentes, há o aprofundamento da concentração de terras no país e os conflitos entre grandes proprietários e pequenos agricultores. Além desta distribuição e acesso desigual a terra, no período entre 1933 a 1955 dá-se início a fase de transição da economia brasileira para o setor industrial, deixando a produção agropecuária em segundo plano. Somente a partir da década de 1960, como estratégia da ditadura militar para a modernização territorial, que a agricultura brasileira volta a receber mais ênfase dentro das políticas de planejamento territorial (SILVA, 1981).

2.1. A hegemonia do agronegócio no espaço agrário brasileiro

A modernização agrícola estabelecida a partir da década de 1960 desenvolveu-se através do pacote estabelecido pela Revolução Verde e permitiu a consolidação das bases do agronegócio (LAZZARI; SOUZA, 2017). Nesse período estava em ascensão a Teoria da Modernização que defendia a transformação do espaço agrário através da mudança na base técnica e da superação dos conhecimentos populares, que eram considerados inferiores e atrasados, garantindo dessa maneira maior abertura para as ideias oriundas da Revolução Verde. Era necessário modernizar o campo dos países periféricos a partir da inserção de novos meios técnicos para superar o atraso tecnológico e escassez de alimentos (KARNOPP; OLIVEIRA, 2013). Essas novas dinâmicas garantiram a transformação do campo brasileiro, sobretudo no que diz respeito a sua aproximação com a indústria, dando origem a um novo termo, agronegócio, diretamente ligado à modernização da agricultura.

Este novo conceito surgiu na década de 1990 e refere-se a toda a cadeia produtiva do setor agropecuário, desde a produção até a comercialização, sendo destinado principalmente para o mercado externo e objetivando o lucro (HOHN; PEREIRA, 2014). A modernização da base técnica agrícola delimitada nas décadas anteriores foi fundamental para a organização desse novo cenário. Assim como a internacionalização da economia brasileira que encaminhou este processo ao garantir uma escala de competitividade maior, inserindo a agropecuária brasileira efetivamente na globalização. A constituição do agronegócio alterou a dinâmica socioespacial do campo brasileiro o que resultou em aspectos que favorecem aos grandes proprietários de terra em detrimento dos pequenos e médios agricultores.

Assim, o espaço agrário brasileiro encontra-se sob os princípios do agronegócio nessa nova fase do capitalismo, no qual houve o aumento da produtividade a partir dos avanços tecnológicos e, por consequência, a ampliação da influência dessa nova lógica de produção sobre o espaço. Segundo Barros et al (2006 apud FABRINI, 2008) observa-se que após o seu estabelecimento na década de 1990, a produtividade agrícola cresceu em média 2% ao ano e a pecuária 4% ao ano, enquanto a produção de alimentos cresceu 68% e as exportações aumentaram quase quatro vezes em relação ao período anterior, garantindo cerca de metade da arrecadação das exportações brasileira. O discurso de aumento da competitividade foi fortalecido com a diminuição da intervenção estatal ao longo do processo. E de fato houve o enfraquecimento da política de crédito rural devido a crise fiscal na década de 1980, entretanto o incentivo estatal permaneceu, sobretudo por meio da política cambial, de comércio exterior e tributária, destacando o papel do Estado nesse processo de consolidação da agricultura capitalista (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

A intervenção do Estado juntamente com os grandes grupos da iniciativa privada tornam-se atores fundamentais para o estabelecimento e desenvolvimento do agronegócio. A elevação da produtividade garantiu o equilíbrio da balança comercial, aumentou a capacidade de geração de emprego e a redução do preço dos produtos para a população (SOUZA, 2019). Além disso, a contribuição desse setor também se revela na economia brasileira uma vez que representa cerca de um terço do PIB (PACHECO et al., 2012). Apesar desses aspectos que contribuíram para o setor econômico, o agronegócio pode ser entendido como um novo termo para a agricultura capitalista, mas sem alterar a base do desenvolvimento econômico do latifúndio, garantindo uma nova imagem para este modelo anterior que estava desgastado e um novo discurso ligado à produtividade (FERNANDES; WELCH, 2004).

De fato, o agronegócio trouxe novas mudanças para o desenvolvimento agropecuário, sobretudo com a inserção de novas tecnologias na produção, no entanto determinados problemas socioeconômicos e políticos permaneceram e foram acirrados no espaço agrário brasileiro. Nesse sentido, houve a renovação da imagem da agricultura capitalista a partir da superação do latifúndio, que estava associado à improdutividade, e o estabelecimento do agronegócio neste novo período como a via de desenvolvimento para o país com um elevado potencial produtivo e de geração de riqueza. Apesar desse discurso de superação da lógica do latifúndio, sabe-se que este modelo de desenvolvimento ainda mantém as duas raízes da agricultura capitalista nas quais se manifestam na concentração e exploração. Ressalta-se que o discurso hegemônico reproduz que o agronegócio se apresenta como a única via para o desenvolvimento do país, excluindo as demais formas de produzir e pensar a agricultura (FERNANDES; WELCH, 2004, p. 3):

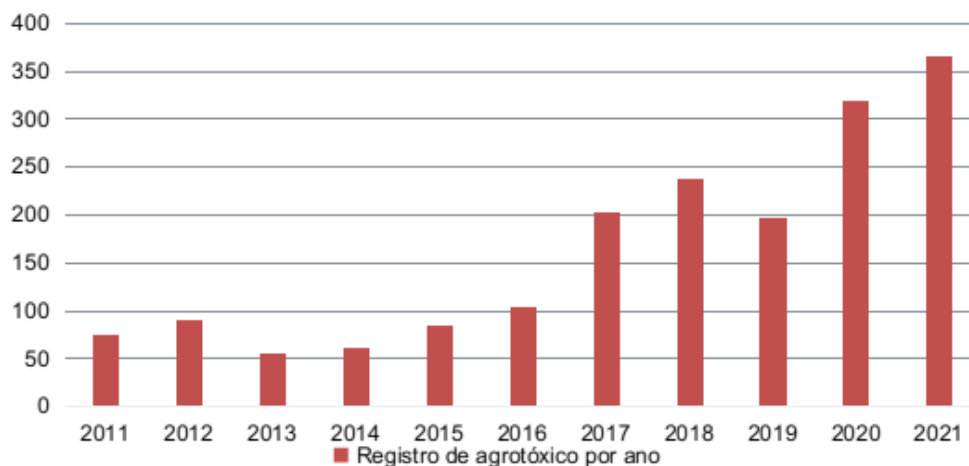
[...] o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. [...] A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. [...] Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

Assim, o agronegócio tornou-se a representação da produtividade, como pode ser observado nos resultados na economia, contudo, o seu caráter se manifesta de forma excludente, produzindo misérias, violências e degradação ambiental. Esse desequilíbrio provocado no meio ambiente ocorre através da destruição de florestas nativas, emissão de poluentes atmosféricos resultantes de queimadas, poluição dos corpos hídricos por meio de agroquímicos, esgotamento e poluição dos solos que é a base da produção, dentre outras formas de degradação. Tais impactos ambientais não afetam apenas o contexto agrícola, mas toda a sociedade, como consequência da interligação entre os espaços em que o desequilíbrio provocado em um ponto específico do sistema global, pode refletir em outras áreas. Esse fenômeno evidencia a relação entre as escalas geográficas e a importância de um olhar interescalar na produção agropecuária (FABRINI, 2008). Desse modo, as análises dos fenômenos ligados ao agronegócio em geral abrangem apenas o crescimento agrícola e a produtividade, todavia elas também devem compreender outras variáveis como a social, cultural e ambiental (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

A partir disso, observa-se a acentuação dessas questões socioambientais na produção agropecuária baseada na monocultura. Esta prática agrícola caracteriza-se como uma simplificação do sistema de cultivo em que permite maior controle sobre o processo de trabalho, assim como a maximização dos lucros através da produção restrita dos produtos mais rentáveis. A questão mais evidente desta prática é o desequilíbrio provocado nos ecossistemas, no qual afeta não somente a qualidade ambiental, mas o próprio lucro, uma vez que a inserção dos custos ambientais na produção indicaria uma redução do seu potencial produtivo (RAMOS et al., 2007).

Portanto, a modernização da agricultura trouxe o incremento de novas tecnologias e insumos agrícolas, sobretudo agrotóxicos que têm sido cada vez mais utilizados. Atualmente, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2021) existem 2.572 agrotóxicos registrados no Brasil, sendo que 1.034 foram registrados entre 2017 e 2021. O gráfico 1 evidencia esta elevação de registros nos últimos anos.

Gráfico 1 - Registro de agrotóxicos por ano



Fonte: MAPA INDICADORES (2021).

A partir da liberação de mais produtos, inclusive aqueles classificados como extremamente tóxicos, há o aumento do consumo. A média anual de consumo de agrotóxicos no Brasil é superior a 300 mil toneladas e o país é considerado um dos maiores consumidores do mundo (SANTOS, 2019). Calcula-se que 900 milhões de litros de agrotóxicos sejam pulverizados a cada ano no país, sendo que a produção de soja, milho e cana-de-açúcar para a exportação concentram 85% desse total — de forma isolada, a soja foi responsável pelo uso de 63% desse total (PIGNATI, 2017). Esta intensificação do consumo resulta na degradação ambiental, principalmente dos solos que é parte fundamental para a produção agrícola, e como consequência ocorre a diminuição da capacidade produtiva uma vez que esse desequilíbrio ambiental provoca o aparecimento de novas pragas e a necessidade de utilização de mais insumos. Assim, quanto mais um ecossistema se torna simplificado, maior é a necessidade de fontes de energias externas (RAMOS et al., 2007). Apesar desses fatores negativos ao meio ambiente e às relações de trabalho, essa prática agrícola continua sendo muito utilizada devido a facilidade de controle do processo de trabalho e o foco apenas no produto mais rentável. Em contrapartida, algumas alternativas com viés sustentável têm sido desenvolvidas como resposta a este desenvolvimento prejudicial ao meio ambiente e a sociedade, o que pode ser notado através do estabelecimento da agroecologia.

2.2. Conceitos e princípios da agroecologia

Os problemas socioambientais resultantes do desenvolvimento industrial no campo permitiram a emergência de diversas alternativas de

desenvolvimento sustentável para a agricultura moderna, embora nem todas tenham proporcionado respostas às causas desses problemas. Dentro desses novos conhecimentos tem-se o estabelecimento da Agroecologia ou da agricultura de base ecológica como um novo enfoque para a construção de processos de desenvolvimento rural mais sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

O desenvolvimento rural sustentável é um desafio no mundo contemporâneo uma vez que diversas estratégias têm sido elaboradas tratando essas problemáticas apenas como um desafio tecnológico e como consequência não têm alcançado êxito em relação à sustentabilidade dos sistemas agrícolas na medida que outras dimensões não são consideradas. A agroecologia por sua vez procura atingir as causas ecológicas dessas problemáticas, não apenas as tecnológicas, assim, ela incorpora diferentes dimensões para abarcar não somente o desafio da questão técnica, mas também as questões econômicas e sociais que envolvem os diferentes espaços (ALTIERI, 2004).

Assim, a agroecologia é um campo científico que atua de maneira interdisciplinar, integrando diversas áreas do conhecimento a fim de desenvolver uma análise mais satisfatória dos agroecossistemas. Esse enfoque mostra a necessidade de buscar o equilíbrio do agroecossistema quando houver alguma perturbação e considera que a ampliação da biodiversidade é fundamental para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Além de considerar a diversidade natural, essa ciência também possui um olhar sobre a importância da cultura de cada espaço para o desenvolvimento sustentável já que o conhecimento local tende a ser muito rico no que diz respeito às características ambientais e permite estes sujeitos de se tornarem atores do próprio desenvolvimento (ALTIERI, 2004).

Esses conhecimentos da agricultura tradicional podem ser utilizados em conjunto com pesquisadores para a elaboração de estratégias agrícolas que sejam mais adequadas aos objetivos daquela produção em relação aos recursos disponíveis (ALTIERI, 2004). Dessa maneira, a escala local possui um papel fundamental para a metodologia agroecológica devido a essa articulação entre o saber popular e sistematizado.

O enfoque científico da agroecologia apresenta as condições conceituais e metodológicas para a transição de padrões de agricultura convencional para agriculturas mais sustentáveis. Esta noção de agricultura mais sustentável é diferente da visão hegemônica de sustentabilidade que defende o uso predominante das tecnologias para a superação das problemáticas socioambientais. Essa visão tecnocrática da sustentabilidade não considera os fatores de ordem social e política que interferem na preservação ambiental, desse modo, a transformação de um desenvolvimento predatório para um sustentável encontra-se apenas na transformação da base técnica. Ao contrário desse discurso, a abordagem agroecológica entende que a sustentabilidade refere-se “à

capacidade do agroecossistema em manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo (REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017, p. 31)". Portanto, o termo agriculturas mais sustentáveis na agroecologia refere-se a ideia da diversidade de práticas agrícolas de acordo com os distintos agroecossistemas e com as culturas daqueles que irão produzir (CAPORAL; AZEVEDO, 2011). Retomando a ideia de pensar nas diferentes escalas, esse desenvolvimento procura garantir o equilíbrio de cada agroecossistema uma vez que o desequilíbrio em um dado local pode refletir em outros espaços.

De acordo com Caporal e Costabeber (2004) a produção de base ecológica deve considerar seis dimensões para uma produção de base sustentável. A primeira dimensão corresponde a ecológica, diretamente relacionada ao processo de produção agrícola e interação entre o ser humano com a natureza. Essa dimensão é a que mais se destaca nos debates sobre sustentabilidade visto que é fundamental a manutenção e conservação do espaço de produção e vivência. Essa dimensão se preocupa com a conservação e manutenção do solo, a reciclagem de nutrientes, a proteção dos corpos hídricos, a redução da utilização de recursos que causam contaminações, a preservação da paisagem natural e a valorização da biodiversidade (REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017).

A segunda dimensão é a social, na qual estabelece que a produção gerada pelos agroecossistemas seja apropriada pelos diferentes grupos sociais garantindo a justiça social no que diz respeito ao acesso a recursos essenciais para a vida, como a alimentação saudável e um ambiente equilibrado. Também busca garantir espaços de participação da comunidade local a fim de que eles possam ser atores do próprio desenvolvimento (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Ao lado da dimensão ecológica e social, tem-se a dimensão econômica que abrange as estratégias desenvolvidas pelos agricultores em relação à inserção no mercado em escala local, regional ou global, assim como o lucro obtido ao longo da produção. Assim, a racionalidade camponesa não possui como finalidade a máxima obtenção de lucro uma vez que eles objetivam a própria reprodução social, destacando dessa forma a produção de subsistência, apesar de existirem relações de troca, elas não estão baseadas estritamente no lucro (REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017).

A terceira dimensão da agroecologia diz respeito a cultura, na qual apresenta a necessidade de intervenções em cada agroecossistema, mas com respeito à cultura local já que os saberes dessas populações precisam ser considerados na análise e modificação do espaço. Já a quinta dimensão é a política que diz respeito aos processos participativos dentro do desenvolvimento rural sustentável. Esta considera as representações populares e o exercício da cidadania como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento e organização dessas localidades.

Por fim, encontra-se a dimensão ética que está diretamente relacionada com a solidariedade entre a mesma geração e entre a geração atual com a geração futura, considerando dessa maneira o princípio básico da sustentabilidade. É essencial a existência de um compromisso ético para que o desenvolvimento rural sustentável tenha durabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

2.3. Economia solidária e agroecologia como elementos de territórios de resistência

Diante disso, a dimensão econômica da agroecologia evidencia que a racionalidade camponesa não tem como objetivo a maximização do lucro uma vez que existem outras variáveis importantes para a produção e reprodução desse grupo social. No entanto, após o estabelecimento do capitalismo, o discurso predominante passou a afirmar que o ser humano tem uma tendência natural à troca e a venda, transformando o mercado no único local para o desenvolvimento de suas necessidades materiais e concedendo cada vez mais destaque para a obtenção de lucro. Nesse contexto, o surgimento do dinheiro permitiu a acumulação ampliada de capital, o que refletiu diretamente no aumento da produção para a acumulação de mais valor. A partir da revolução industrial observa-se uma mudança considerável na organização social uma vez que a demanda por matéria-prima e mão de obra aumentou junto com a produção (BATISTA, 2015).

Essa naturalização da lógica capitalista, como inerente a humanidade, ignora as comunidades tradicionais que mantêm princípios solidários na sua organização social, assim como o surgimento de coletivos que procuram o desenvolvimento de lógicas comunitárias. Assim, apesar de não objetivarem a maximização dos lucros, esses grupos não acabaram com a relação de troca, mas produzem na sua prática diária uma nova forma de organização social menos injusta e com uma relação mais responsável com o ambiente natural (Ibidem).

Em relação a essas práticas econômicas alternativas existem diferentes conceitos que as definem e mesmo que não sejam homogêneas, elas possuem pontos convergentes. Desse modo, o conceito de economia solidária se insere nesse contexto e no Brasil ele recebe grande influência da economia popular ainda que não tenha a limitação apenas da reprodução material já que também se insere o componente político e a garantia de maior participação dos seus sujeitos nos espaços públicos (DEBEUX; BATISTA, 2017).

A economia solidária é um conceito ainda em construção em que respeita a diversidade de culturas e da natureza a partir de uma nova forma de interpretar a realidade. Ela possui uma relação direta com o desenvolvimento sustentável socialmente justo e questiona o modelo de desenvolvimento baseado na competição. Não se trata de uma produção mercantil simples ou de uma empresa capitalista, mas de algo além em que pode-se incorporar uma organização social e tecnológica simples ou

complexa. A sua estratégia consiste em pensar globalmente e agir localmente, ou seja, esse conceito, assim como a agroecologia, tem base interescolar em que faz uma relação entre a escala global com a local para entender suas dinâmicas e atuar naquele espaço.

Outra característica das iniciativas econômicas solidárias está na organização do trabalho que ocorre geralmente por meio de associações, feiras, cooperativas, dentre outros modos formais e não-formais. Essas iniciativas podem surgir a partir de diferentes formas e atores, baseadas na pluralidade de princípios econômicos, autonomia institucional, em espaços de decisões democráticas, na autogestão do empreendimento e na organização e relações sociais comunitárias formando redes de colaboração. Portanto, práticas baseadas na economia solidária buscam maior autonomia dos trabalhadores assim como uma maior dignidade de vida para as pessoas (BATISTA, 2015).

Observa-se que a economia solidária assim como a agroecologia é multidimensional, abrangendo a dimensão econômica, cultural, social, ecológica e política (BATISTA, 2015; DEBEUX; BATISTA, 2017). Os dois movimentos são diversos, manifestando-se de forma plural nos diferentes espaços, mesmo que possuam alguns princípios fundamentais em comum. A economia solidária e a agroecologia se relacionam na busca de um desenvolvimento fundamentado na solidariedade e no respeito à natureza. As iniciativas que articulam esses dois conceitos permitem uma maior aproximação entre produtores e consumidores aumentando a possibilidade de uma alimentação mais saudável e uma produção mais justa social e ambientalmente.

A partir destas convergências, o território manifesta-se como a base de articulação e fortalecimento dessas iniciativas. O território compreende um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000, p. 78), caracterizando um local de disputa e exercício de poder. Este poder não diz respeito somente ao político, mas também a todo aquele relacionado a dominação e apropriação. Assim, o território é marcado pela multiplicidade de poderes, diferenciando-se de acordo com aqueles atores que o constrói. Desse modo, a territorialização manifesta-se através da apropriação concreta e/ou abstrata do espaço a partir das relações de poder (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2008).

Nesse sentido, o poder exercido em cada espaço muda de acordo com o grupo social que o está exercendo. Na realidade camponesa o território tem um vínculo estreito com suas identidades e práticas e perdê-lo seria equivalente a desaparecerem enquanto grupo social (HAESBAERT, 2005). Assim, o território além de ser considerado uma categoria de análise, como apresentado na presente pesquisa, também é um instrumento político na produção da resistência de diversos grupos sociais subalternos, manifestando a sua dimensão enquanto categoria da prática. O seu uso é incorporado nas experiências cotidianas desses sujeitos e ainda que seja de acordo com o senso comum, as diferenças

entre a categoria analítica e da prática são sutis e em constante mudança (HAESBAERT, 2018).

Portanto, é no território que se definem as ações concretas e a visão política das iniciativas baseadas na agroecologia e economia solidária, estabelecendo assim a identidade coletiva dos sujeitos através do que possuem em comum e também com respeito às suas diferenças (BATISTA, 2015).

Assim, de maneira geral, existe o território sob a lógica de produção e comercialização capitalista e os territórios que estão de acordo com os princípios da agroecologia e economia solidária, nos quais coexistem por meio de imbricações e conflitos. A partir deles, há a hegemonia do modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista no espaço agrário brasileiro frente às resistências dos territórios sob outras lógicas em um processo de territorialização e desterritorialização constante. A ampliação da lógica de acumulação de capital e sua consequente degradação socioambiental, resulta na procura de novas lógicas de desenvolvimento que permitam a sobrevivência da humanidade e a conservação ambiental que, por sua vez, aumenta o conflito (BATISTA, 2015).

Os territórios produzidos por meio das iniciativas baseadas na agroecologia e economia solidária são apropriados pelos sujeitos através de suas práticas e dessa forma consolidam suas identidades. Os povos que tradicionalmente habitam esses espaços encontram a possibilidade de resgatar e ressignificar seus princípios econômicos recíprocos por meio dessas iniciativas (BATISTA, 2015). A solidariedade mantém e fortalece esses territórios e é nessa produção territorial que esses sujeitos conseguem lutar contra as desigualdades e a degradação ambiental.

3 OS AGRICULTORES FAMILIARES DA REDE SABORES E SAÚDE

A Rede Sabores e Saúde resulta de uma iniciativa baseada na agroecologia e economia solidária, localizada no município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ, que possui sua base econômica vinculada às atividades rurais. Inserida em uma região marcada pela produção de leite, ovos de galinha, café, feijão e hortaliças, esta rede oferece feijão, diferentes variedades de hortaliças, como alface, peixinho-da-horta, taioba e couve, assim como tomate, café, ovos caipira, dentre outros produtos que variam de acordo com o período do ano. Assim, o projeto de extensão “Produção e Distribuição de Cestas Solidárias: Um Projeto para Geração de Renda, Acesso/Construção de Mercados Solidários e de Capacitação Continuada de Representantes da Agricultura Familiar da Região Sul/ES”, conhecido como Rede Sabores e Saúde, é desenvolvido no IFF-BJI, sob a coordenação do professor Eduardo Moreira, cientista social, e tem como objetivo promover “a capacitação, produção e distribuição de Cestas solidárias compostas por produtos agroecológicos e/ou orgânicos oriundos da agricultura familiar” (LIMA, 2018, p. 10).

O projeto abrange territórios nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana - RJ, Campos dos Goytacazes - RJ, Apiacá - ES e Bom Jesus do Norte - ES. Atualmente, os agricultores de Bom Jesus do Norte não estão comercializando a sua produção na Rede Sabores e Saúde, por isso, não aparecerão nos resultados desta pesquisa. Em 2017, realizava-se a distribuição de cestas apenas a cada quinze dias, já em 2018 tem-se início a realização da feira Rede Sabores e Saúde em conjunto com a entrega das Cestas Solidárias com periodicidade ainda quinzenal. Em abril de 2019 a feira e entrega das cestas passaram a ser realizadas semanalmente no hall de entrada do IFF-BJI. Assim, através dessa iniciativa, os agricultores obtêm uma fonte de renda e trabalho adicional, além de informações necessárias para a gestão e desenvolvimento da produção e comercialização.

3.1. Organização interna

Existem algumas normas para fazer parte dessa rede, às quais foram construídas a partir de decisões coletivas entre os agricultores, servidores e estudantes que compõem o grupo. Entre as principais normas está a produção de base ecológica, ou seja, os agricultores que decidem participar do projeto precisam produzir a partir dos princípios da agroecologia. Se o agricultor ainda produz de forma convencional, ele precisa começar a transição agroecológica assim que entra para o grupo. A utilização de veneno na produção é proibida e passível de remoção do projeto caso a prática permaneça. Além disso, a reciclagem de nutrientes também é o indicado para que não haja dependência de fontes exógenas de energias em cada agroecossistema.

As feiras e distribuição das cestas ocorrem às quarta-feiras no hall de entrada do IFF-BJI. O dia da semana também foi escolhido coletivamente e a decisão foi baseada na frequência dos docentes na instituição, já que neste dia acontecem as reuniões pedagógicas de todos os cursos, gerando um fluxo maior de potenciais consumidores dessa produção. O perfil dos consumidores é composto pelos professores, técnico administrativo, terceirizados e discentes do IFF-BJI, além da população da própria cidade. Como o instituto está localizado na margem da cidade, a circulação dos consumidores da comunidade externa fica limitada pela distância, assim, em acordo com a prefeitura, houve a ampliação do espaço da feira para a Praça Governador Portela, que encontra-se no centro da cidade, a partir de dezembro de 2019.

Nesse sentido, a organização interna dessa rede de agroecologia está fundamentada em tomadas de decisões democráticas. Na medida que aparecem pontos relevantes ao grupo, é convocada uma reunião com alguns dias de antecedência e em uma data que seja acessível para a maioria. A pauta da reunião é transparente para todos e construída coletivamente de acordo com as necessidades do grupo, cada membro pode pedir para adicionar uma nova pauta. Além disso, é feita uma ata da

reunião, por algum membro que esteja disponível, e após é enviado no grupo do WhatsApp os pontos discutidos e as resoluções para aqueles que não puderam estar presentes a fim de que todos estejam cientes das decisões que foram tomadas.

[...] A prática democrática vista nesse modelo de reunião e no projeto em si, a partir do seu desenvolvimento e da forma como são tomadas as decisões, pode ser analisada como uma das formas de participação da sociedade e resistência ao capitalismo (LIMA, 2018, p. 17).

No dia 21 de novembro de 2019 foi realizada uma reunião da Rede Sabores e Saúde no IFF-BJI, na qual, estiveram presentes os agricultores, bolsistas, coordenador, um professor colaborador do curso técnico em agropecuária e um representante da secretaria municipal de agricultura de Bom Jesus do Itabapoana. A principal pauta da reunião foi sobre a colaboração da prefeitura com o grupo para a realização da feira de divulgação na praça central da cidade. Assim, desde a escolha do horário, até o texto que seria divulgado no carro de anúncio, tudo foi decidido a partir do grupo de agricultores. O motorista do carro de som responsável por divulgar essa feira na praça solicitou que encaminhasse um texto com as informações para a divulgação. Um ponto importante que os agricultores destacaram para esse texto de divulgação foi a conscientização da população de que aqueles produtos eram de base ecológica e da importância de consumir produtos com essa origem. Apontando o porquê da escolha de não utilizar agroquímicos e mostrar relatos de doenças causadas por produtos que utilizam veneno.

Seguindo a preocupação desta agricultora de informar ao consumidor sobre a origem do produto e seus benefícios, outra produtora aponta a necessidade de afirmar a identidade agroecológica do grupo e mostrar que a feira Rede Sabores e Saúde vai além da prática comercial, ela abrange questões políticas e uma forma de vida que busca a justiça ambiental e social. Evidenciando que é possível um modelo de desenvolvimento territorial com qualidade e respeito a toda forma de vida.

A partir desses dois relatos percebe-se a importância e presença da dimensão política e social da agroecologia nas atividades do projeto. O discurso dessas agricultoras destaca a preocupação de manter o consumidor informado sobre como aquele produto contribui para o bem-estar ambiental e para sua própria saúde, assim como os malefícios da produção convencional para o equilíbrio ecológico e por conseguinte para os consumidores e produtores. A consolidação da identidade agroecológica nesse processo é fundamental para que haja interesse e adesão da comunidade local para essa forma alternativa de pensar a agricultura. Assim, considerando o território como a base de articulação das iniciativas baseadas na agroecologia e economia solidária, a territorialidade manifesta-se como elemento fundamental para a sua manutenção.

A territorialidade nesse contexto apresenta-se como o poder exercido no espaço, envolvendo relações políticas, econômicas e culturais. Assim, ela manifesta-se em todas as relações sociais cotidianas, inclusive no campo da produção, da troca e do consumo (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2008). Nessa perspectiva, a intenção das agricultoras em consolidar uma identidade agroecológica no município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ não somente através da comercialização desta produção, mas também na divulgação de como este processo ocorre e a importância desses produtos de base ecológica para diferentes aspectos da vida em comunidade, reforça o exercício de poder contra-hegemônico neste espaço marcado pela lógica da agricultura capitalista, exibindo uma forma de resistência deste grupo.

Além disso, o fortalecimento e organização desse grupo também ocorre através de processos participativos nos espaços políticos e em suas localidades, exercendo a cidadania de forma ativa. Em relação à participação em coletivos políticos, do total de cinco agricultores que responderam ao questionário, quatro afirmaram que participam de associação de agricultores e apenas um não participa como exibido na tabela 1.

Tabela 1 - Participação em coletivo político, 2020

Coletivo	Quantidade
Associação de Agricultores	4
Cooperativa	0
MST	2
Associação Comercial	0
Não Participo	0
Outros	3

Fonte: Elaborada pela autora.

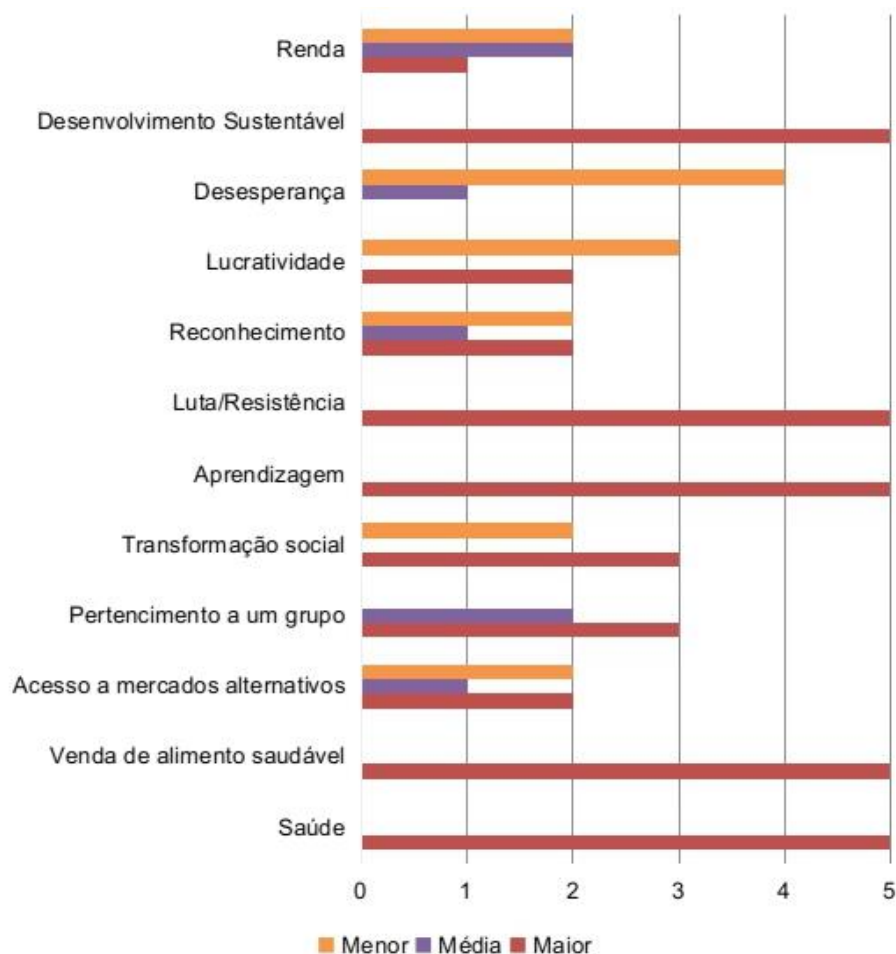
Ainda que um dos pesquisados não faça parte da associação de agricultores, todos eles responderam que participam de algum coletivo político, como por exemplo o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A participação em grupos políticos, desse modo, é um importante fator para o desenvolvimento desses sujeitos em seus territórios uma vez que eles conquistam novos espaços de resistência ao desenvolvimento territorial hegemônico tanto por meio de articulação interna, quanto em espaços políticos com atores externos a essa forma de produzir.

3.2. Solidariedade entre os agricultores e consumidores

Ao lado da articulação política, a solidariedade também se apresenta como fator fundamental para a consolidação dessa rede alimentar alternativa. A solidariedade está relacionada à dimensão ética da agroecologia e constitui a base da economia solidária, articulando as duas bases teóricas que orientam o projeto.

A partir desta noção, busca-se, através das iniciativas ecológicas alternativas, o estabelecimento de segurança alimentar e nutricional para todos, assim como a solidariedade entre os agricultores durante a produção de alimentos com base ecológica (REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017). A solidariedade, nesse contexto, é o mecanismo de fortalecimento desses agricultores no espaço em que atuam, tendo em vista a mudança da lógica econômica, ambiental e social que essa rede baseada na agroecologia e economia solidária traz. Durante a pesquisa com os cinco agricultores participantes do projeto, foi solicitado que eles assinalassem os significados de fazer parte da presente rede de agroecologia. A pergunta foi formulada usando o tipo matriz em que eles deveriam avaliar cada item a partir da escala de importância (menor, média e maior importância). No total, foram apresentados doze itens, como renda, saúde e aprendizagem, com o objetivo de avaliar a relevância desses significados para os agricultores participantes do projeto.

Gráfico 2 - Grau de importância quanto aos significados de fazer parte da Rede Sabores e Saúde



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 2 expressa o grau de importância de cada variável que aponta o significado de participar do projeto. Todos os entrevistados assinalaram que o desenvolvimento sustentável, aprendizagem, luta/resistência, venda de alimento saudável e saúde são aspectos de maior importância para sua participação no grupo. Nota-se que esses tópicos compõem a base dos princípios orientadores da Rede Sabores e Saúde, estando presentes tanto no pensamento agroecológico quanto na economia solidária. A preocupação com a venda de alimento saudável e com a saúde aparece tanto nas respostas do questionário quanto no discurso desses sujeitos, como foi relatado na reunião que tiveram para decidir a divulgação da feira na Praça Governador Portela, evidenciando a relevância dessa variável para os agricultores. Já em relação aos aspectos econômicos, eles aparecem na pesquisa, mas com menor expressão. Três agricultores apontaram que a lucratividade tem menor importância, enquanto dois disseram ter maior importância. De modo semelhante, a renda também ficou dividida entre menor e média importância, com apenas um entrevistado apontando ela como de maior importância. Esses dados destacam a racionalidade econômica deste grupo, na qual, é mais orientada para relações solidárias, como ressaltado na preocupação com a saúde, venda de alimentos saudáveis e desenvolvimento sustentável, enquanto os empreendimentos de base capitalista tem sua lógica voltada para o capital. Assim, em relação aos significados, nota-se que estes sujeitos não se adequaram à lógica do capital.

Entretanto, apesar dessa rede estar baseada em princípios solidários, ela encontra-se incorporada em um contexto capitalista, no qual possui influência nas relações sociais estabelecidas e na sobrevivência econômica do empreendimento. Assim, existe determinado entrelaçamento dessas lógicas para que iniciativas alternativas à prática hegemônica se desenvolvam.

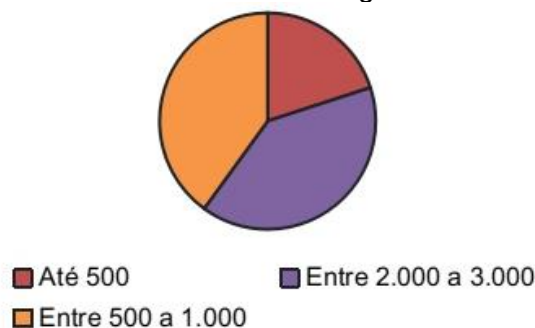
Importante recordar que esas sinergias se producen en medio a muchas adversidades y una gran desigualdad de condiciones, sobre todo con relación a los inputs oriundos del Estado, cuando lo comparamos con los sectores capitalistas. No fuesen los lazos de solidaridad creados y la comprensión políticamente elaborada de que se trata de un movimiento contra hegemónico, difícilmente esos espacios serían abiertos (BATISTA, 2015, p. 67).

Portanto, essas relações solidárias ocorrem dentro de um contexto capitalista, no qual possui diversas desigualdades socioambientais a partir da lógica voltada para o lucro. A solidariedade presente nesse grupo de agricultores apresenta-se como fator fundamental para o seu desenvolvimento local e participação no projeto. A dimensão econômica, assim como as outras da agroecologia, é fundamental para a consolidação e desenvolvimento do grupo no contexto local, ainda que ela não seja o principal objetivo.

3.3. Reprodução material dos integrantes

Diante disso, a reprodução material desses agricultores foi analisada através do questionário aplicado aos cinco integrantes da rede. Em relação à renda mensal familiar, destaca-se que o núcleo familiar de três agricultores recebe menos de um salário mínimo, sendo que um destes apontou receber menos de meio salário. Enquanto outros dois recebem entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00, o que se aproxima de dois a três salários mínimos. O gráfico 3 exibe estes ganhos e pode ser observado a diferença de renda entre esses agricultores. Essa diversidade existe uma vez que o projeto não é a única fonte de renda desses sujeitos e os outros membros da família, que não são participantes do projeto, também interferem na renda total.

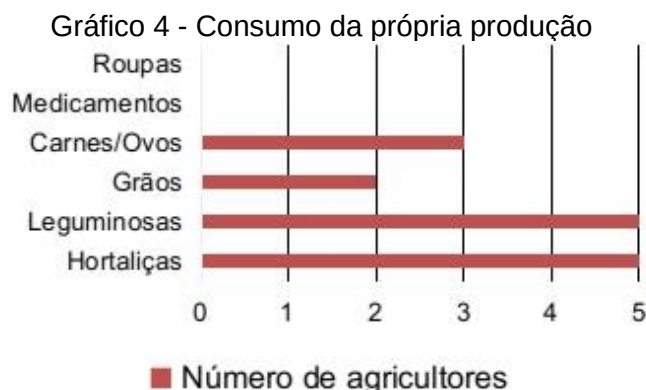
Gráfico 3 - Renda mensal familiar dos integrantes da Rede Sabores e Saúde



Fonte: Elaborado pela autora.

É preciso destacar a diferença que existe entre a renda obtida no espaço urbano daquela do espaço rural. As despesas do núcleo familiar no contexto rural são diferentes, uma vez que os gastos relacionados à alimentação são reduzidos devido à produção da própria família. Ainda que haja consumo de produtos encontrados no comércio, tanto para a subsistência familiar como para a produção, este é minimizado em relação ao consumo das famílias residentes no espaço urbano. Além disso, a produção dessa rede, baseada nos princípios da agroecologia, permite a reciclagem de nutrientes, redução de pragas, dentre outros benefícios ao agroecossistema, que reduzem a dependência de energia exógena, o que por sua vez diminui as despesas com insumos.

Nesse sentido, foi perguntado a esses agricultores com base no que produzem, o que deixaram de adquirir no mercado após o início da transição agroecológica. Os cinco responderam que não têm gastos com leguminosas e hortaliças uma vez que consomem da própria produção. Já em relação a carnes/ovos, três responderam que não compram no comércio e, no que se refere aos grãos, apenas dois consomem da sua produção. Nenhum deles produz roupas ou medicamentos, todavia estes são itens consumidos com menor frequência (gráfico 4).



Fonte: Elaborado pela autora.

Baseado nessa baixa dependência de produtos externos à produção familiar (gráfico 5), quatro agricultores afirmaram que deixam de gastar entre R\$ 100,00 a R\$ 200,00 no comércio e apenas um apontou que essa economia foi de R\$ 200,00 a R\$ 300,00. A partir disso, nota-se que embora a renda de alguns desses agricultores seja baixa a partir de parâmetros utilizados no espaço urbano, eles possuem menos despesas no que se refere aos produtos alimentícios e insumos para a produção agrícola.

Tendo em vista esta realidade econômica, é preciso avaliar a satisfação desses sujeitos no que diz respeito ao retorno econômico na participação do projeto. Desse modo, três agricultores (60%) indicaram que esse retorno é parcialmente satisfatório, enquanto dois (40%) apontaram ser totalmente satisfatório. Estes dois últimos afirmaram que os recursos financeiros são suficientes porque ajudam a pagar as despesas da propriedade, por isso estão satisfeitos. Já os outros que assinalaram a opção de parcialmente satisfatório, justificaram que é preciso aumentar as vendas e que eles estão trabalhando para que essa realidade seja totalmente satisfatória a fim de atender às suas necessidades de reprodução material (gráfico 5).



Fonte: Elaborado pela autora.

Desse modo, nota-se que mesmo a racionalidade econômica deste grupo não ter o lucro como objetivo principal, ainda existe a necessidade de ter uma margem de lucro com a comercialização para garantir sua reprodução material uma vez que estão inseridos em um contexto marcado por relações capitalistas. O que por sua vez não significa que eles estejam adequando-se a esta lógica dado que o lucro não é uma finalidade que se sobressai às outras dimensões. É neste movimento contraditório que este grupo se territorializa.

Ainda dentro do contexto de satisfação em relação ao retorno econômico, foi perguntado qual o maior desafio ao fazer parte da Rede Sabores e Saúde e as respostas foram diversas, como apresentado no gráfico 6. O combate às formigas cortadeiras no processo de produção foi apontado como o maior problema para dois agricultores, enquanto cada um dos restantes destacou um desafio diferente, como gasto de transporte para comercialização da produção, volume e diversidade de produtos reduzidos, além da falta de incentivo do poder público.

Gráfico 6 - Maior desafio de fazer parte da Rede Sabores e Saúde



Fonte: Elaborado pela autora

A questão das formigas foi relatada como um problema recorrente na produção, ocasionando, por vezes, a perda completa de hortaliças. Essa situação interfere na disponibilidade e qualidade dos produtos e, por consequência, na comercialização. Por essa razão, tem sido pesquisado, com o auxílio de técnicos, o que está ocasionando a proliferação destes insetos para em seguida identificar o combate adequado sem a utilização de agrotóxicos. Durante a transição agroecológica, o agroecossistema pode apresentar fragilidades decorrentes do desequilíbrio ambiental provocado pela utilização de veneno, assim é preciso avaliar as causas para que seja feita a escolha do tratamento adequado àquele contexto. Entretanto, tendo em vista apenas o aspecto econômico, este processo a curto prazo apresenta-se como prejudicial à produção uma vez que a conversão completa para o novo manejo sustentável pode levar de um a cinco anos, variando de acordo com o nível de degradação do sistema

original. Nesse sentido, vai contra a lógica que objetiva unicamente o lucro (ALTIERI, 2004).

Além disso, outra problemática apresentada refere-se ao incentivo do poder público para produzir e comercializar com base na agroecologia e economia solidária. Todos os produtores indicaram que não recebem auxílio e apontaram que políticas públicas voltadas para o transporte e circulação da produção, como concessão de transportes, manutenção de estradas e logística, seriam fundamentais para a comercialização desta produção. Assim como as políticas públicas foram fundamentais para a origem e expansão do agronegócio a partir da década de 1980 (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010), esses agricultores apontam que o auxílio do Estado também impactaria de forma positiva na comercialização da produção. No entanto, o planejamento das políticas voltadas para o desenvolvimento territorial rural está submetidas aos interesses do mercado global, tendo em vista a inserção do espaço nacional na economia internacional. Como consequência, as demandas da população local que procuram um desenvolvimento territorial com base em outros princípios são negligenciadas (CAMARGO, 2009).

Mas apesar destes desafios, os agricultores da Rede Sabores e Saúde afirmaram que não têm interesse em produzir a partir das estratégias do agronegócio já que não são compatíveis com os seus princípios. Destacando que o aspecto econômico não é mais valioso do que uma vida mais saudável e o respeito ao meio ambiente. Assim, nota-se o caráter contraditório na construção da territorialidade desta iniciativa uma vez que possui uma lógica de desenvolvimento contra hegemônica e de resistência às relações de produção capitalistas, mas ao mesmo tempo insere-se em um contexto dominado por essas relações, evidenciando a “conflitualidade”. Esta refere-se ao movimento do conflito que se configura como um processo permanente e mantido pelas desigualdades e contradições do capitalismo, marcando a dinâmica do desenvolvimento territorial rural. “A reprodução de ambas as formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando conflitualidade, promovendo desenvolvimentos (FERNANDES, 2004, p. 9)”.

Dessa forma, o aspecto econômico é uma questão importante para a manutenção dessa iniciativa uma vez que esta encontra-se em um contexto imerso na lógica capitalista, embora ele não seja o mais importante e o principal objetivo destes agricultores. É através desse movimento do conflito que este território resiste às estratégias do agronegócio e do capital. Portanto, não são todos os sistemas agroalimentares que estão sujeitos à lógica do agronegócio uma vez que existem as iniciativas que resistem e sobrevivem à margem da agricultura capitalista, tornando-se fundamental fortalecê-las (TEUBAL, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização da agricultura brasileira para atender às novas demandas da globalização consolidou, na década de 1990, a origem e hegemonia do agronegócio no território nacional. As mudanças tecnológicas garantiram o aumento da produtividade e resultados econômicos positivos, no entanto problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais permaneceram. Como resposta a estes problemas, emergiram novos modelos de desenvolvimento para o campo brasileiro com lógicas contrárias à hegemônica. A economia solidária e a agroecologia, de base contrária ao agronegócio, convergem na busca do desenvolvimento baseado na solidariedade e respeito à natureza tendo como base de articulação e fortalecimento o território. Assim, existem diversos modelos de desenvolvimento territorial rural no Brasil, como do agronegócio e os territórios da agroecologia, nos quais produzem processos conflitantes e de resistência.

O objetivo deste trabalho foi entender se a Rede Sabores e Saúde, uma proposta de produção e comercialização com base na agroecologia e economia solidária, a partir dos seus princípios configura uma resistência ou adequação à lógica do capital. Através da análise dos resultados da pesquisa de campo, constatou-se que estes sujeitos estabelecem uma resistência ao agronegócio a partir de suas práticas solidárias, podendo ser verificada no exemplo da divulgação da feira que evidenciou a importância desta forma de organização e produção em oposição à agricultura capitalista convencional. Tanto no discurso, quanto em suas práticas, esta iniciativa propõe resistência ao agronegócio, mas ao mesmo tempo encontra-se em um ordenamento territorial dominado pela lógica do capital, manifestando-se esse movimento dialético na produção desta resistência.

Portanto, ainda que a agroecologia e a economia solidária, a partir do estabelecimento de redes de solidariedade, tenha princípios opostos aqueles do grande capital, o contexto capitalista e a sua interação global-local impele esses grupos a se adequarem a determinadas lógicas hegemônicas. A sobrevivência de tais sujeitos dentro do atual modo de produção também está vinculada à mercadoria dado que ainda há demanda de itens fora da própria produção. Por outro lado, também há a tentativa de ressignificar esse processo no cotidiano por meio de relações solidárias. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de investigar se outras redes baseadas nesses princípios e com mais de cinco anos de funcionamento, período médio para a transição agroecológica, continuam resistindo com relações solidárias ou se estão inseridas por completo na lógica do mercado.

5 REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BATISTA, M. P. La construcción de mercados solidarios de base campesina y la garantía del Derecho Humano a la Alimentación: La Comunidad de Marrecos, en Pernambuco - Brasil. Tese (Doutorado) Pasado y Presente de los Derechos Humanos. Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea, Facultad de Historia y Geografía, Salamanca, Espanha, 2015. Disponível em: <<https://gredos.usal.es/handle/10366/128505>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CAMARGO, L. H. R. de. Ordenamento Territorial e Complexidade: por uma reestruturação do Espaço Social. In: ALMEIDA, F. G. de.; SOARES, L. A. A. (Orgs.). Ordenamento Territorial: Coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21- 60.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. de. (Orgs.). Princípios e perspectivas da agroecologia. Paraná, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011.

DUBEUX, A.; BATISTA, M. P. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. Santa Cruz do Sul, Redes - Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, 2017.

FABRINI, J. R. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. Presidente Prudente: Revista Pedagógica - UNESP, 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. Modelos de Desenvolvimento em Conflito: O Agronegócio e a Via Camponesa. 2004. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CCModelosdedesenvolvimentoemconflitoagronegocio.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. [s. n.], 2004.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, n. 10, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

HAESBAERT, R. De categoria de análise a categoria da prática: A multiplicidade do território numa perspectiva latino-americana. FRIDMAN, F.; GENNARI, L. A.; LENCIONI, S. (Orgs.). Políticas públicas e territórios:

onze estudos latino-americanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 267-288.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2010. p. 159-196.

HOHN, D. C.; PEREIRA, T. G. N. A territorialização do agronegócio no Brasil: Um estudo comparativo das culturas da soja, milho e cana-de-açúcar entre os anos de 1990, 1997, 2004 e 2012. [s.l.], [s.n.], 2014.

KARNOPP, E. K.; OLIVEIRA, V. da S. O Território do Agronegócio e da Agricultura Familiar: algumas reflexões. In: VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento regional, n. 6, Santa Cruz do Sul. Anais VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013

LAZZARI, F. M.; SOUZA, A. S. Revolução Verde: Impactos sobre os conhecimentos tradicionais. Santa Maria, UFSM, 2017.

LIMA, T. de A. Agricultura familiar e educação: Análise de um projeto educacional voltado para pequenos agricultores. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2018.

MAPA INDICADORES. Sistema de Agrotóxico e Fitossanitário - Registro de Agrotóxico. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrofit/index.htm>. Acesso em: 6 abr. 2021.

PACHECO, A. M. et al. A importância do agronegócio para o Brasil: Revisão de literatura. Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária, Garça, jan./jul. 2012. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/2OPWO6ALTGjCp_2013-6-24-15-3-44.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PIGNATI, W. A. et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017021003281&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RAFFESTIN, C. O que é o território?. In: RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

RAMOS, P. et al. Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007.

REINIGER, L. R. S.; WIZNIEWSKY, J. G.; KAUFMANN, M. P. Princípios de agroecologia. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular UNESP, 2008. p. 73-94.

SANTOS, L. Utilização de agrotóxicos aumenta até 700% no Brasil. Jornal UFG, 2019. Disponível em: <<https://www.jornal.ufg.br/n/117073-utilizacao-de-agrotoxicos-aumenta-ate-700-no-brasil>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SILVA, J. G. da. O que é questão agrária?. São Paulo: Braziliense, 1981.

SOUZA, M. A. de. A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 03, n. 10, p. 50-72, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/5814/pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

TEUBAL, M. O Campesinato Frente à Expansão dos Agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). Campesinato e Territórios em Disputa. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.